

LUCAS SALES DA COSTA

Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Pós-Graduado em Direito Processual Civil Individual e Coletivo pela Faculdade Christus (CE). Pós-Graduando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP/DF).

Constitucionalismo, direitos sociais e atuação do Poder Judiciário



Brasília
2016

1ª edição - 2016

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C873c

Costa, Lucas Sales da, 1986-

Constitucionalismo, direitos sociais e atuação do poder judiciário /
Lucas Sales da Costa. - 1. ed. - Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016.
248 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9788567426426

1. Direito constitucional - Brasil. 2. Democracia. I. Título.

16-33341

CDU: 342(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul

Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I

1 CIDADANIA NO BRASIL DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA (1822-1930): O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO FRENTE AOS DIREITOS SOCIAIS..... 9

Introdução 9

Desenvolvimento..... 10

Conclusão..... 19

2 A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891: DO LIBERALISMO IDEALIZADO À INEFETIVIDADE 21

Introdução 21

Desenvolvimento..... 21

Conclusão..... 26

3	A ORIGEM HISTÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO SOCIAL E O SIGNIFICADO DA CARTA BRASILEIRA DE 1934.....	27
	Introdução.....	27
	3.1 Escorço histórico do constitucionalismo social.....	27
	3.2 A carta brasileira de 1934.....	32
	3.3 A inauguração do estado social brasileiro	35
	Conclusão.....	39
4	A REDEMOCRATIZAÇÃO: A CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E A CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES DA SOCIEDADE CIVIL NA CONQUISTA DE DIREITOS NO PERÍODO DE 1946 A 1964.....	41
	Introdução.....	41
	4.1 A Constituição de 1946.....	41
	4.2 O aspecto social.....	44
	4.3 Estado liberal ou Estado social? Os conflitos inevitáveis e a inefetividade de direitos.....	46
	4.4 As mobilizações políticas.....	50
	4.5 A tênue evolução dos direitos sociais.....	55
	Conclusão.....	57
5	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E SEU SIGNIFICADO PARA O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: POR QUE NÃO ACREDITAR?	59
	Introdução.....	59
	Desenvolvimento	59
	Conclusão	67

CAPÍTULO II

6	NEOCONSTITUCIONALISMO: DEFINIÇÃO, ORIGEM E MARCOS	71
7	A REMODELAÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL PELO NEOCONSTITUCIONALISMO	91
	Introdução	91
	Desenvolvimento	91
	Conclusão	107
8	LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS DO DECISIONISMO JUDICIAL NO CENÁRIO DO NEOCONSTITUCIONALISMO	109
	Introdução	109
	Desenvolvimento	109
	Conclusão	132
9	UMA ANÁLISE DOS DIREITOS SOCIAIS NOS 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	135
	Introdução	135
	9.1 As limitações impostas à concretização dos direitos sociais e a necessidade de mudança do discurso	138
	9.2 O papel do poder Judiciário na realização do Estado social	143
	9.3 Análise da efetivação dos direitos sociais nos 25 anos da Carta da República	151
	Considerações finais: o povo como núcleo concretizador dos direitos fundamentais sociais	156

10 A RESISTÊNCIA AO PAPEL PROATIVO DO PODER JUDICIÁRIO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONTEXTUAIS SOBRE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	161
Introdução	161
Desenvolvimento.....	161
Conclusão.....	166
11 O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE: PELA SUPERAÇÃO DA HISTÓRICA DICOTOMIA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE.....	167
Introdução	167
Desenvolvimento.....	167
Conclusão.....	176

CAPÍTULO III

12 AS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS E SUA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL	179
Introdução	179
Desenvolvimento.....	179
Conclusão.....	184
13 TEORIA DOS DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	185
Introdução	185
Desenvolvimento	185
Conclusão	194

14 O JUIZ MÚLTIPLO – SOCIÓLOGO, PSICÓLOGO, GESTOR, COMUNICADOR, CIDADÃO, MEMBRO DE FAMÍLIA, CONCILIADOR E AGENTE DE PODER.....	195
Introdução	195
Desenvolvimento.....	195
Conclusão.....	207
CONCLUSÃO.....	209
REFERÊNCIAS	219